

## **Amazônia e movimentos sociais: a comunicação das redes de mobilização<sup>1</sup>**

Lucas MILHOMENS<sup>2</sup>

Universidade Federal do Amazonas, Parintins, AM

### **Resumo**

O presente trabalho é resultado parcial de pesquisa de doutorado concluída no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em fevereiro de 2018 e tem como objetivo central apresentar um panorama das redes de mobilização dos movimentos sociais no contexto amazônico. Mais especificamente o papel central exercido pela comunicação nesse processo. Antes, para contextualizar o leitor, fizemos uma análise panorâmica da formação histórica e social da Amazônia brasileira, com destaque para àqueles que consideramos serem os principais protagonistas nesse processo: os movimentos e organizações sociais presentes na região, com destaque, sobretudo, àqueles que surgiram após a intervenção do Governo Civil-Militar desde os anos de 1960 até os dias atuais.

### **Palavras-chave**

Amazônia; Movimentos Sociais; Redes de Mobilização; Comunicação;

### **Sobrevoos pelo subcontinente amazônico**

A região amazônica é considerada um subcontinente pelo tamanho de suas dimensões geográficas, compreendidas entre oito países e um departamento ultramarino da América do Sul (Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa), totalizando um território de sete milhões de quilômetros quadrados e a maior biodiversidade ecossistêmica do planeta.

A Amazônia brasileira não é diferente, nela concentram-se 60% de todo o território existente desse subcontinente. No entanto, uma pergunta paira no ar: por que a região, desconhecida pela maioria dos brasileiros, possui tanta relevância no cenário nacional e também no plano internacional? Mais: por que perpassa pela Amazônia – ou, “amazônias” – temas cruciais de ordem econômica, social, ambiental e política? As respostas a essas perguntas estão conectadas ao argumento central desse *paper*: os

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Campus de Parintins. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: [lucasmilhomensufam@gmail.com](mailto:lucasmilhomensufam@gmail.com).

---

movimentos sociais que atuam na Amazônia e suas redes de mobilização, particularmente seus processos comunicacionais.

O processo de colonização do “Novo-Mundo” como um todo foi um dos maiores derramamentos de sangue da história da humanidade dos últimos cinco séculos.<sup>3</sup> Na Amazônia, esse contato entre povos autóctones e europeus não foi diferente, regado a histórias cruéis e extermínio em massa. A lógica da exploração colonial era simples: chegar, conquistar, usurpar e destruir. Segundo Ab’Saber (2004), a região sempre foi um “anfiteatro da barbárie”, onde o etnocídio e genocídio foram ações que se fizeram presentes desde os primeiros momentos da colonização. Há registros históricos de relatos de subjugação e morte de todas as espécies, principalmente feitos por navegadores ibéricos e missionários católicos, como observam Smith (1990) e Souza (2009).

Essa lógica de extermínio e saque perpassou toda a história e a construção econômica e social da região. A ela acrescentamos também o fator exótico, mágico, de local inexplorado e de seres misteriosos “meio bicho, meio homem”. As notícias que corriam no centro do reino lusitano e, por extensão, europeu era de um lugar onde os “fracos não tinham vez”, em que para sobreviver era preciso desafiar a morte e as várias faces que ela oferecia na “hinterlândia amazônica” (SOUZA, 2002), um sertão profundo repleto de desafios que poderiam tirar a vida dos aventureiros inaptos.

Segundo Loureiro (2002, p. 109) esse *modus operandi* do colonizador europeu inaugura a construção de uma visão exótica e preconceituosa sobre a região. Um ciclo de mitos produzidos “pelo olhar e a alma do estrangeiro, onde desde então a Amazônia tem sido definida, interpretada, explorada, amada e mal-amada a partir do olhar, da expectativa e da vontade do outro”.

O exemplo da colonização amazônica talvez seja um dos mais significativos da história recente da humanidade. Ele está mergulhado no conceito desenvolvido por Fanon (1968) de que o colonizado “introjeta a dominação” a partir dos atos do colonizador, fazendo com que suas agruras e miséria sejam encaradas como uma “lei natural”, em que sua cultura (étnica, material e imaterial) é considerada inferior, gerando o que o autor denomina de “alienação colonial”, estabelecendo-se em toda a

---

<sup>3</sup> Referimo-nos aos relatos das conquistas de exploradores europeus no continente americano que vão desde o extremo norte canadense até as margens do litoral brasileiro, resultando em milhões de mortos ao longo desse processo.

---

ossatura da sociedade colonizada sob o formato ideológico que vem a justificar seu processo de dominação.

### **Primeiras resistências: a Cabanagem na Amazônia**

A conjuntura de exploração da região amazônica citada anteriormente desembocou em uma das insurreições mais importantes e populares da história colonial brasileira e amazônica do início do século XIX: a Cabanagem. É preciso contextualizar o que acontecia naquele momento. Havia uma ebulição de movimentos civis em vários lugares do mundo. As ideias liberais e iluministas fervilhavam, a decadência das monarquias absolutistas se fazia presente e a palavra da vez era “revolução”, fosse na Europa ou na América do Norte<sup>4</sup> como acontecera alguns anos antes. Mais ao sul do continente, exemplos como a Revolução Haitiana<sup>5</sup> e as revoltas na Guiana Francesa<sup>6</sup> respingavam na Amazônia através de insurgentes que chegavam a Belém via Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão<sup>7</sup>. Segundo Pinto (2015), só a referida empresa levou quase 40 mil escravos negros à região no final do século XVIII e início do XIX, o que totalizava um terço da população da época. Muitos desses escravos fugiram e criaram comunidades (quilombos) nas proximidades da capital do então Estado do Grão-Pará, Belém.

Juntando-se aos afrodescendentes havia também a maior população da época, os indígenas – e, por conta do intenso contato interétnico da minoria branca (os senhores portugueses) com as mulheres índias, várias gerações de caboclos, todos estes formando a grande força de trabalho mantenedora da Colônia. Não por coincidência, era a população mais explorada das terras do Grão-Pará. Com o tempo, a insurgência negra aproximou-se da insubordinação indígena e cabocla, unindo-se contra a opressão e abandono de governantes despóticos.

Esses elementos antecederam o movimento batizado de Cabanagem, nome dado em alusão às casas miseráveis (cabanas) da maioria de seus integrantes. Após inúmeras revoltas armadas contra as autoridades radicadas em Belém (com um significativo número de mortos), em 1835 os cabanos tomam o poder quando ocupam o palácio do

---

<sup>4</sup> Como ponto alto desse momento histórico, temos a Revolução Francesa na Europa (1789) e a Independência dos Estados Unidos na América do Norte (1776).

<sup>5</sup> Também conhecida como Revolta de São Domingos, em 1791.

<sup>6</sup> No início do século XIX, portugueses haviam ocupado o território da Guiana Francesa em represália à invasão napoleônica em Lisboa.

<sup>7</sup> Empresa criada pelo Marquês de Pombal para efetivar o comércio nas colônias portuguesas.

---

governo, assassinando seu presidente. Foi a primeira vez na história colonial brasileira que um governo independente (formado majoritariamente por índios, negros e caboclos) assume o controle da Província.

A Cabanagem punha em causa uma forma alternativa de estruturação do povo brasileiro gestada entre os índios destribalizados da Amazônia. Foi a única luta que disputou, sem saber, a própria etnia nacional, propondo fazer-se uma outra nação, a dos cabanos, que já não eram índios, nem eram negros, nem lusitanos e tampouco se identificavam como brasileiros [...] Sua revolta secularmente acumulada contra a opressão e a discriminação era uma razão suficiente para desencadear a guerra. Mas não era suficiente para propor e levar a cabo, depois de cada vitória, um projeto alternativo de ordenação social para as gentes díspares que se engajavam na luta libertária (RIBEIRO, 1995, p. 321-322).

Após 10 meses da vitória dos cabanos, o que surge é uma crescente instabilidade social que chega a seu ápice. Os revoltosos não tinham um projeto de governo, não sabiam como permanecer no poder. A retaliação do Império brasileiro é impiedosa e culmina na fuga de seus líderes. A perseguição a seus integrantes não termina com a derrubada de seu breve governo. Até 1840 (ano em que D. Pedro II anistia os participantes do movimento insurgente), foi promovido um extermínio em massa de todos aqueles que eram suspeitos de terem participado da Cabanagem. Ribeiro (1977; 1995) avalia que cerca de 100 mil pessoas foram mortas, em um dos maiores genocídios já registrados pela história brasileira. O mesmo autor descreve que aldeias inteiras (dos povos Mawé, Mura e os Munduruku) foram chacinadas, “culpadas de supostamente terem combatido os opressores, em uma dizimação premeditada que só teve paralelo no extermínio indígena dos séculos XVI e XVII no Nordeste brasileiro” (1995, p. 322).

A cabanagem acabou se tornando um símbolo da luta dos povos oprimidos da região amazônica. Mesmo passados mais de 170 anos de seu término e uma série de contradições em seu processo (como a ausência de um “projeto político e de estado”), ainda assim ela é considerada a primeira experiência organizada de luta e resistência protagonizada pelos párias da “periferia da periferia”, produzida em um contexto que Oliveira (2012, p. 18) denomina de “situação histórica”, onde determinados agentes têm a capacidade de produzir “uma certa ordem política por meio da imposição de seus interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política”.

---

## **Febre da borracha: economia, migração e formação cultural da Amazônia contemporânea**

Não é possível problematizar a Amazônia sem levar em consideração as mudanças provocadas pela intervenção do mundo capitalista, mais especificamente dos ciclos econômicos que envolveram (e moldaram) a região. A partir da segunda metade do século XIX, uma substância nativa da floresta ganhou a atenção do planeta. Extraída da seringueira,<sup>8</sup> a borracha (ou látex) inauguraria uma nova era para a Amazônia.

Entre o final do século XIX e início do XX, o capitalismo atingia uma nova fase, onde a financeirização e os monopólios corporativos começavam a surgir sob o formato de grandes empresas transnacionais. A indústria emergia em todo o mundo, e a produção de mercadorias começava a circular de forma mais ampla e sistemática, no intuito de suprir as demandas de várias sociedades capitalistas emergentes (WOOD, 2003).

Nesse contexto, países centrais que coordenavam as estruturas do sistema econômico (da Europa à América do Norte, em especial Inglaterra e Estados Unidos) precisavam de matéria-prima advinda de nações periféricas como o Brasil (em sua maioria com um passado colonial e escravagista). Novas tecnologias surgiram e criavam necessidades até então inexistentes. Entre elas, um setor se destacava de forma ímpar – o automobilístico, o qual, à medida que ia sendo aperfeiçoado, criava novas peças e utensílios, onde quase todas precisavam de um acessório em comum para garantir sua eficiência e qualidade: o látex.

Assim, a borracha logo iria ao encontro de uma demanda mundial dos mais diversos produtos, tornando-se a “menina dos olhos” da até aquele momento frágil e insipiente economia brasileira. Segundo Cardoso e Muller (1977, p. 16), “o ciclo da borracha nasce e se desenvolve tendo como objetivo baratear, via imposição de preços coloniais à borracha, o capital constante utilizado nos empreendimentos industriais das novas potências mundiais”. A borracha entra como moeda redentora que tiraria a região da estagnação política e comercial presente desde o processo colonial empreendido pelos portugueses. E assim aconteceu. O capitalismo chegara à Amazônia e a mudaria por completo, não só econômica, mas social e culturalmente.

---

<sup>8</sup> Cientificamente denominada de *Havea brasiliensis*.

---

Segundo Souza (2009, p. 274), os ciclos da borracha<sup>9</sup> fizeram com que a Amazônia se modificasse profundamente. “A economia do látex quebrou o isolamento e buscou integrar a região ao mercado internacional”. A partir dela, também houve a maior transformação de toda a sua história, “a mudança do perfil populacional, provocado pelas inúmeras levas de imigrantes que chegaram atraídos pelas riquezas da borracha e pela necessidade de mão de obra”. Foi assim no final do século XIX e, mais tarde, na metade do século XX com as propagandas governamentais do Estado Novo convocando os “soldados da borracha” para a Amazônia. O que, segundo Ribeiro (1995) levou meio milhão de pessoas (sobretudo nordestinos) à região.

Como assinala Godim (2007), eram pessoas órfãs de políticas públicas e sociais em um País que estava dando seus primeiros passos como República, incentivando milhares de nordestinos a migrarem para a Amazônia, fugindo da miséria em busca de uma vida melhor, atraídos por uma ampla propaganda governamental. Isso levou esse contingente populacional a ir se integrando gradativamente à região, incorporando seus hábitos, cultura e matriz étnica, como também levando sua carga cultural e biológica de forma intrínseca, fazendo com que a sociedade amazônica se transformasse profundamente ao longo dos anos, alterando suas feições e ampliando sua(s) cultura(s).

### **Grandes Projetos e Ditadura Civil-Militar na Amazônia**

A mudança definitiva na Amazônia brasileira tem início a partir dos anos 1960, com a chegada do Governo Civil-Militar ao poder.<sup>10</sup> É neste momento que uma série de medidas governamentais muda por completo a geopolítica do imenso território, fazendo com que seus moradores – e os milhares de outros imigrantes que se deslocariam nos anos seguintes para a região via projetos governamentais – mudassem suas vidas por completo. A partir desse momento a realidade da ausência do Estado começou a mudar para a região. Os ideólogos ligados aos militares entendiam a Amazônia como espaço

---

<sup>9</sup> O primeiro ciclo se deu entre 1879 e 1912, quando a Amazônia detinha o monopólio da produção de borracha mundial. Ele é simbolizado pela tentativa de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré no atual estado de Rondônia, que pretendia escoar a produção de borracha por via terrestre. O segundo ciclo da borracha aconteceu entre os anos de 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial, quando os japoneses invadiram a Malásia e detiveram o controle da maior produção de látex da época, fazendo com que as potências aliadas do Ocidente se voltassem novamente para a borracha da Amazônia.

<sup>10</sup> Adotamos o termo Governo “Civil-Militar” para este trabalho por acreditarmos que o Golpe de Estado empreendido em 1964 teve como principais articuladores e executores forças ligadas não somente aos militares brasileiros, mas também a inúmeros grupos civis conservadores que compunham a sociedade nacional, como fartamente foi comprovado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2017.

---

propício para a integração e o desenvolvimento econômico do Brasil: era necessário fazer com que a maior floresta tropical do mundo fosse inserida na economia nacional e planetária.

Nessa direção, como assinala Ianni (1979) o Governo da época pensava a Amazônia como um espaço de grande potencial estratégico. Para que isso acontecesse, o primeiro passo era integrar a região ao restante do País; o segundo ocupá-la de forma ampla e sistemática e, por fim, extrair suas riquezas da maneira mais eficiente possível.

Em síntese, foram projetos como a criação da rodovia Transamazônica (que sairia do Nordeste até chegar ao Norte levando o “excedente” daquela população para o “deserto” habitacional da floresta); o inventário hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu (e o planejamento de várias hidrelétricas pensadas para barrar os rios da região); a criação da Zona Franca de Manaus (visando a impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental a partir de isenções fiscais para centenas de multinacionais do setor elétrico-eletrônico); a campanha massiva de ocupação de vários estados da região (com o lema “homens sem-terra para uma terra sem homens”) <sup>11</sup>, arregimentando milhares de famílias em todo o Brasil no intuito de “colonizar” a floresta e torná-la habitável.

Todas essas medidas alteraram completamente o panorama econômico e social da Amazônia brasileira, modificando a relação do Estado com a região e de seus antigos e novos moradores. Oliveira (2001) afirma que a ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese de um processo violento, ampliado em demasia pela política governamental da época que se expressava nos diversos conflitos sociais que emergiam naquele momento.

Ocorreram questões como a construção de grandes hidrelétricas e suas populações afetadas (sobretudo os povos indígenas); o crescimento da grilagem de terra (em consequência da distribuição assimétrica feita pelo Governo Federal); a mineração predatória e desorganizada (como aconteceu em Serra Pelada e em outros lugares abertos ao garimpo), juntando-se à oficial e homologada pelo Governo Federal através de grandes corporações mineradoras como a Vale (antiga Vale do Rio Doce) no Projeto Grande Carajás; a extração legal e ilegal de madeira e devastação da floresta para criação extensiva de gado; os conflitos agrários envolvendo populações sem-terra e

---

<sup>11</sup> Slogan da peça publicitária divulgada para atrair as famílias sem-terra para a região amazônica.



---

latifundiários; e a ameaça constante a terras indígenas por parte de fazendeiros, garimpeiros e do próprio Estado.

O novo reordenamento territorial e político da Amazônia conduzido pelo Governo Civil-Militar a transforma completamente. Ele é o carro-chefe de uma diversificada “sobreposição de conflitos sociais” que ampliou exponencialmente a violência na região, fazendo milhares de vítimas a partir de “projetos megalomaniacos”.

A presença civil-militar na Amazônia é “uma história contada por milhares de mortes, violência, total desrespeito às leis, destruição do meio ambiente, agressões à população nativa, desmandos administrativos, corrupção e crimes de toda a espécie”, como analisam Cardoso e Muller (1977, p. 51). Nessa mesma direção Chaves e Barros (2008, p. 1) avaliam que a presença governamental na região a partir dos anos 1960 “deixaram marcas deletérias sobre o espaço e os povos amazônicos”, cujos impactos intensificaram-se nos “ecossistemas regionais e na organização sociocultural das populações”.

### **A atualidade dos movimentos sociais na Amazônia**

Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e o processo de redemocratização dos últimos anos no País, não houve grandes mudanças nas diretrizes políticas pensadas para a Amazônia. As democracias liberais que se seguiram limitaram-se a repetir as fórmulas anteriores de uma maneira mais bem elaborada, onde megaprojetos (sobretudo na área de transporte, energia e telecomunicações), concomitantemente com governos da América do Sul, viabilizavam uma nova fronteira de matérias-primas para serem comercializadas com o restante do planeta.

Acoplada a esses produtos, a extração mineral, juntamente com a produção de energia hidrelétrica acompanhada da implantação de redes de infraestrutura (barragens, estradas, portos etc.), fazem com que a Amazônia se torne a mais importante fronteira internacional das *commodities* na atualidade, gerando profundos impactos socioambientais e conflitos sociais.

Para Svampa (2013), a novidade nesse fenômeno é que nas últimas décadas se estabeleceu um *modus operandi* específico, promovido por uma nova “ordem econômica, política e ideológica” que, entre suas consequências, tem o potencial reativo de gerar um “novo ciclo de lutas e resistências”. Tais “lutas” foram surgindo em consequência do conturbado processo histórico recente da região amazônica, agravado,



sobretudo, nos últimos 50 anos. Lacerda (2017) observa que essa diversidade encontrada hoje nos movimentos sociais que atuam na Amazônia tem como constituinte básico a reorganização do espaço geográfico na região, diretamente ligada às políticas de exploração, povoamento e desenvolvimento executadas tanto pelo governo Civil-Militar como seus sucessores na atualidade.

Nesse sentido, as consequências da exploração da Amazônia por meio da extração das *commodities* de ontem e de hoje também são apontadas por Castro (2012, p. 46) como um dos principais motivos para a organização de populações locais “com suas práticas sociais e saberes relativos ao território, produzindo leituras a partir de movimentos sociais e étnicos”, e revelando também “processos de dominação incorporados ao modo de implantação de projetos de infraestrutura e às práticas de agentes que violam direitos sociais e promovem a desterritorialização de populações tradicionais”.

Todas essas questões têm gerado uma grande reação à política de desenvolvimento implantada pelo Governo Federal e iniciativa privada na Amazônia contemporânea. Protagonizada pelo que denominamos de “redes de mobilização”, uma ampla e complexa articulação formada por grupos, organizações e movimentos sociais que, dentre outras coisas, estão atuando diretamente contra os impactos socioambientais gerados a partir desse conjunto de megaprojetos implantados na região.

A partir dos dados históricos descritos anteriormente sobre a Amazônia brasileira – sobretudo os últimos 50 anos – dividimos os principais movimentos e organizações sociais radicadas na região em seis grandes eixos: 1) Movimento Católico Progressista; 2) Organizações Político-Partidárias de Esquerda; 3) Movimento e organizações indígenas; 4) Organizações e Entidades Não Governamentais (ONGs); 5) Movimento de Luta por Direitos; e 6) Movimentos Sociais no Contexto de Grandes Projetos.

### **A comunicação das redes de mobilização dos movimentos sociais amazônicos**

O conceito clássico de rede (ou rede social) refere-se a um conjunto de pontos unidos por linhas, onde os pontos da imagem poderiam ser caracterizados como indivíduos ou grupos de indivíduos, e as linhas indicavam quais interagiam uns com os outros (BARNES, 1972). Contudo, Sanicola (2008) afirma que o termo “rede” é bem mais abrangente. Pode pertencer a uma linguagem popular com distintos significados,

---

além de ter finalidade diversa, tanto no mundo simbólico dos sujeitos como na contribuição para a construção de representações da realidade. Em alguns momentos, implica a construção de imagens alegóricas, e em outros, de forma bastante pragmática, associando-se a indivíduos e grupos que de alguma maneira compartilham dados e outros tipos de informações.

Elias (1994, p. 35) possui uma metáfora simples para entender o conceito de rede: a rede de tecido. Sua estrutura de fios isolados que se ligam uns aos outros formam uma “totalidade da rede onde a forma assumida por cada um de seus fios não pode ser compreendida em termos de um único fio ou mesmo de todos eles isoladamente considerados”. Para o autor, a rede só é inteligível se entendermos como seus “fios” se ligam e a reciprocidade desse processo. Nessa direção, concordamos que o termo “rede”, apesar de sua origem e propósito de estudos variados (que perpassaram distintos campos da ciência), tem hoje um importante papel na sociedade contemporânea. É a partir da lógica de redes que podemos compreender o que Oliveira (2017) chama de “horizontalidade da comunicação” em contraposição a sua forma hierarquizada e vertical.

Com a popularização da Internet através da rede mundial de computadores (WWW) no início dos anos de 1990, a estrutura comunicacional (e suas inúmeras ferramentas) mudou a forma como a humanidade se comunica e interage.

Nesse início de século XXI, as redes sociais são uma realidade e são comumente confundidas como sinônimo da Internet. Contudo, trata-se de fenômenos distintos, apesar de relacionados. As redes sociais virtuais (ou mídias sociais) são estabelecidas a partir da estrutura fornecida pelas redes, mais especificamente pela difusão midiática e por uma série de plataformas digitais feitas por diferentes pessoas, grupos e empresas. Gindre (2016) classifica “redes sociais” como grupos ou coletivos de pessoas que possuem e compartilham interesses e afinidades em comum. Já o conceito de “mídias sociais” está relacionado aos sistemas online projetados para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação em diversos formatos, através da estrutura fornecida pelas redes sociais, que, por sua vez, permitem que as “mídias digitais”, ou seja, veículos e aparelhos de comunicação não analógicos (computadores, tablets, celulares etc.) possam produzir conteúdo escrito, oral ou visual no formato digital. Esses recursos tecnológicos advindos com as redes e mídias digitais

---

(via Internet) foram sendo apropriados por diversos atores sociais, inclusive pelos movimentos sociais na Amazônia.

Para Moraes (2000), as facilidades advindas com a Internet proporcionaram aos movimentos sociais uma intervenção rápida e direta, ampliando sua visibilidade pública. O autor ressalta a criação de comunidades virtuais por “afinidades eletivas”, formando coletivos em rede, que se aproximam de acordo com suas temáticas e reivindicações. Eles compartilham também práticas sociopolíticas, fortalecendo seus laços embasados em princípios dialógicos de cooperação e participação.

No entanto, não podemos ter ilusões do que se trata a rede, das contradições que estão em sua estrutura, do seu potencial democrático e como ela foi concebida, principalmente em sua versão a partir dos anos 1990. Ao mesmo tempo em que as mídias sociais são um espaço possível de inovação, articulação e mobilização para os movimentos, servem também a megagrupos e seus interesses privados e corporativos. Moraes (2000, p. 153) afirma que:

Não se trata de transformar a Internet em apanágio de todas as virtudes. Muito menos de imaginar um Eldorado digital, habilitado a suplantando o poderio de veiculação dos megagrupos – o que seria, além de tolice, desconhecer o indiscutível predomínio dos conglomerados multimídias no atual cenário de transnacionalização dos mercados de informação e entretenimento. Quisemos ressaltar, sim, a emergência de potencialidades no âmbito virtual, fundadas em práticas comunicacionais interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia. As entidades civis valem-se da Internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para veicular informações e análises quase sempre orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas.

Para tentar contrapor essa contradição da Internet como instrumento que ao mesmo tempo possibilita voz a uma série de grupos os quais, no dizer de Gramsci (2001) seriam considerados subalternos, e concomitantemente é controlado por grandes corporações midiáticas, acreditamos que o conceito de “mídia radical” de Downing (2004) vai ao encontro de nossa problematização. Ou seja, um tipo de produção midiática que pode se tornar “contra-hegemônica”, entrando em disputa com a versão oficial-industrializada e ideológica de grandes corporações midiáticas e suas estruturas de poder. Segundo o autor, a mídia radical está embasada no que podemos caracterizar como “cultura popular”, gerada a partir de manifestações de diversos atores sociais que

---

utilizam um conjunto midiático e tecnológico de atividades de cunho educacional, cultural, ligado às mobilizações de rua, teatro, dança etc., propondo a seu público o debate, a crítica e a ação, formando um modelo de “contrainformação”.

Acreditamos que a comunicação é um elemento estrutural das redes de mobilização dos movimentos sociais amazônicos. Onde os processos comunicacionais se tornam fundamentais. Conforme apontamos (FONSÊCA, 2018), um exemplo da centralidade comunicacional nas redes de mobilização dos atores sociais da Amazônia nos últimos anos foi a mobilização (a partir de campanhas online, criação de sites, mídias sociais, produção audiovisual, articulação internacional via rede mundial de computadores e uma série de outras práticas comunicacionais) contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Considerada a maior obra de infraestrutura construída nos últimos anos, ela também foi responsável por uma série de impactos socioambientais tendo como alguns dos principais afetados os povos indígenas e a população ribeirinha que vive na região.

Assim, quando falamos de redes de mobilização e movimentos sociais nos referimos a uma estrutura que leva em consideração, fundamentalmente, os mecanismos que viabilizam a comunicação “in” e “ex”terna desses atores sociais e suas diferentes formas de atuação. Como assinala Scherer-Warren (2006) existe a construção de um conceito de “rede de movimento social”, que atribui uma série de características que levam em consideração a identificação de coletivos sociais em torno de atuações antissistêmicas fazendo uso de diversos mecanismos de mobilização em um “processo articulatório”, como, por exemplo, a luta de movimentos sociais amazônicos contra grandes projetos e seus impactos socioambientais.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho consistiu em analisar os movimentos sociais que atuam na Amazônia brasileira e sua complexa formação histórica, econômica e social e o grande número de conflitos sociais e ambientais existentes em seu entorno. Tem-se como marco inicial para nossa análise o processo de (re)colonização e integração econômica da região empreendido pelo Governo Civil-Militar a partir dos anos 1960, onde a construção de grandes obras de infraestrutura como a rodovia Transamazônica (BR-230) demarca uma nova era para a região.

---

Do sonho do migrante nordestino em “ganhar uma terra, um pedaço de chão” durante a colonização e construção da Transamazônica ou do empresário que se estabeleceu na cidade pretendendo “ficar rico” criando gado ou explorando madeira, há também vários outros atores sociais nesse processo. Mereceram especial destaque em nosso trabalho os indígenas, ribeirinhos e outras populações tradicionais que foram diretamente atingidas com a chegada do “progresso” e de muitas formas reagiram a uma série de ameaças que se ampliaram à medida que esses grandes projetos foram se consolidando na região. A colônia de ontem tornou-se o consenso das *commodities* de hoje (SVAMPA, 2013). Os projetos em grande escala inicialmente pensados para a Amazônia na segunda metade do século XX foram esteio para inúmeras obras da atualidade.

Destacamos também que nos últimos 15 anos o Governo Federal atuou como um verdadeiro “rolo compressor” para garantir a construção de megaempreendimentos na região amazônica. Executando um amplo e complexo conjunto de medidas planejadas com a finalidade de explorar os recursos naturais da região sem a preocupação com seus habitantes e com os enormes impactos socioambientais gerados a partir desses empreendimentos.

Avaliamos que o processo histórico que se constituiu na região foi composto por uma série de fenômenos do campo econômico e social que ampliaram significativamente a sociedade civil organizada que atua na Amazônia, criando, assim, o cenário para a eclosão de uma série de movimentos sociais que emergiram ao longo dos últimos 50 anos. Primeiramente, em consequência da intervenção civil-militar na região e, *a posteriori*, a partir das medidas políticas implantadas pelos governos civis (em parceria com a iniciativa privada) nas últimas décadas.

Nesse sentido, nossa principal tese é a de que os movimentos sociais que atuam na região amazônica, especialmente no contexto de grandes projetos, fazem uso de um novo formato de articulação e ações coletivas: as redes de mobilização. Um processo amplo e diversificado onde vários atores sociais se inter-relacionam em busca de um objetivo ou causa comum, mediados por uma série de ferramentas comunicacionais disponibilizadas a partir dos recursos advindos via rede mundial de computadores e da Internet.

---

Por fim, acreditamos que as redes de mobilização construídas na região amazônica são compostas por uma diversidade de movimentos sociais que foi sendo construída desde o início dos anos 1970 (com as ações coletivas em torno da rodovia Transamazônica) e ampliadas nos últimos anos com o surgimento de novos atores e movimentos sociais contrários a grandes projetos e seus impactos socioambientais. O presente trabalho aponta uma característica central na estruturação dessas redes no ambiente amazônico: a utilização da comunicação e de ferramentas midiáticas visando uma intensa articulação, produção e divulgação de processos e conteúdos que ampliam significativamente a atuação dos movimentos sociais na Amazônia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- BARNES, J. A. **Social networks**. An Addison-Wesley Module in Anthropology. Module 26, p.1-29, 1972.
- CARDOSO, Fernando H.; MULLER G. **Amazônia**: Expansão do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CASTRO, Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, jan./abr. 2012.
- CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi. Conflitos Socioambientais e Identidades Políticas na Amazônia. **Achegas**, n. 37, maio/jun. 2008.
- DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2004.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- FONSÊCA, Lucas Milhomens. **Movimentos e Redes de Mobilização na Amazônia**: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2018.
- GINDRE, Gustavo. Internet e Redes Sociais como ferramentas de Mobilização. **Oficina Redes Sociais e Mobilização**. Rio de Janeiro: Rede de Mobilizadores. Laboratório Herbert de Souza Tecnologia e Cidadania, 2016.
- GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

---

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LACERDA, Paula. Movimentos Sociais e escolas: possibilidades de ação conjunta e de fortalecimento mútuo. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Org.). **Amazônias em tempos contemporâneos**: entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 82-98.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Amazônia Brasileira, v. 16, n. 45, maio/ago. 2002.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXIII, n. 2, jul./dez. 2000.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. Comunicação: controle e rebeldia. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Orgs.). **Amazônias em tempos contemporâneos**: entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 42-53.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Formas de Dominação sobre o Indígena na Fronteira Amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, jan./abr. 2012.  
PINTO, Lúcio Flávio. Cabanagem 180 anos: a guerra de um povo. **Dossiê 9/Jornal Pessoal**, Belém, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. da Letras, 1995.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas da rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SMITH, Antony. **Os conquistadores do Amazonas**: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo. São Paulo: Best Seller, 1990.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Amazônia Brasileira, v. 16, n. 45, maio/ago. 2002.

\_\_\_\_\_. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

STELA, Thomas Henrique de Toledo. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar./abr. 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.